

2 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS

2.1 Planejamento Organizacional

O planejamento estratégico da Câmara dos Deputados foi estruturado a partir de um ciclo de longo prazo, que vai de 2012 a 2023 ([Ato da Mesa n. 59, de 2013](#)). Esse documento inclui a missão institucional, a visão de futuro, as diretrizes estratégicas e as respectivas linhas de atuação ([figura 1](#)). A missão institucional e a visão de futuro da instituição são ligadas aos macroprocessos finalísticos: “representar o povo brasileiro”; “elaborar diplomas legais”; e “fiscalizar os seus atos e os dos demais poderes”, cuja competência é atribuída aos parlamentares pela Constituição Federal, conforme já explicitado no [item 1.3](#) deste relatório.

Diferentemente dos demais órgãos da administração pública federal, cuja execução das atividades finalísticas se dá por agentes do Estado, sob a coordenação dos agentes políticos (presidente da República, ministros de Estado ou diretores de agências reguladoras), no Poder Legislativo os servidores do Estado executam ações de suporte para as atividades finalísticas. Contudo, a despeito da produção de valor para o cidadão se dar predominantemente por meio da atuação parlamentar, a área administrativa pode potencializar a atuação dos seus agentes políticos e otimizar o uso de recursos públicos.

Com base no planejamento estratégico de longo prazo de 2012 a 2023, desdobram-se planos de curto prazo, normalmente, para um período de dois anos, que refletem as prioridades política, econômica e tecnológica do mandato da Mesa Diretora. Cada etapa compõe-se de programas, projetos e ações priorizadas com a finalidade de construir as condições necessárias para a instituição cumprir sua missão e alcançar sua visão de futuro. A estratégia da Casa é colocada em prática por meio dos projetos corporativos, voltados para o aperfeiçoamento dos macroprocessos de suporte à atividade legislativa e parlamentar, e também por meio do alinhamento das diversas áreas da Câmara em suas ações setoriais.

O portfólio de projetos corporativos é avaliado continuamente pelo Comitê de Gestão Estratégica (CGE)³. Essa revisão pode culminar na criação de novas propostas, no encerramento de outras ou na sua transferência para acompanhamento setorial por algum órgão da Câmara dos Deputados. Quando há alteração significativa no cenário estratégico, como, por exemplo, crise econômica ou fiscal, há possibilidades de ajustes no planejamento para adequação do ciclo de curto prazo. A metodologia utilizada, bem como os elementos considerados no planejamento estratégico, estão descritos em detalhes no [portal](#)⁴ da Câmara dos Deputados.

³ O [Comitê de Gestão Estratégica](#) é instância de governança da Câmara e detém a competência por orientar e acompanhar o processo de gestão de estratégica. Acesso em: 15 fev. 2018.

⁴ Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/gestao-na-camara-dos-deputados/gestao-estrategica-na-camara-dos-deputados>>. Acesso em: 6 fev. 2018.

Figura 1 – Estratégia da Câmara dos Deputados



APROVADO PELO ATO DA MESA N 59/2013

Fonte: Assessoria de Projetos e Gestão.

2.1.1 Descrição sintética dos objetivos do exercício

O planejamento estratégico da Câmara dos Deputados é composto por sete diretrizes estratégicas e 24 linhas de atuação para o período de 2012 a 2023. Em 2017, foram mantidas as nove linhas prioritizadas, sinalizadas na [figura 1](#), para nortear o portfólio de projetos corporativos, bem como ações e decisões da administração.

2.1.2 Estágio de implementação e resultados do planejamento estratégico

Por meio do ciclo de curto prazo, composto de um portfólio de projetos corporativos, a Câmara dos Deputados promove a execução do planejamento estratégico de longo prazo. Em 2017, os projetos corporativos em andamento geraram diversos benefícios, sendo que foram aprovados seis novos projetos para integrar o portfólio. Os resultados estão relacionados no quadro a seguir:

Quadro 2 – Projetos corporativos 2017-2018

Projeto	Alinhamento estratégico		Descrição	Resultados/principais entregas	Situação
	Diretrizes	Linhas de atuação			
1 Infoleg – Movimentação Parlamentar	4 – Qualidade das leis	4.3	Modernizar e tornar corporativos os processos de movimentação parlamentar (registro do afastamento de deputado – licenças, suspensões e férias, convocação de suplente, posse individual, reassunção, simulação da movimentação parlamentar, término do mandato e consultas referentes a esses processos), por meio da plataforma de informações legislativas Infoleg Parlamentar, estabelecendo a governança dos dados em um repositório único na Casa.	Integra e realiza a gestão das informações da movimentação parlamentar disponíveis em diversas unidades da Casa, por meio do sistema Infoleg Parlamentar. Ressalta-se que “Gerir a movimentação no mandato parlamentar” é um dos processos críticos da Câmara dos Deputados.	Encerrado
	7 – Gestão	7.2			
2 eDoc	7 – Gestão	7.2/7.5	Garantir a gestão adequada de conteúdos digitais e convencionais por meio da implantação de um sistema informatizado de gestão arquivística de documentos integrado com uma suíte de Enterprise Content Management – ECM. O conjunto dessa solução completa denomina-se eDoc.	O sistema foi implantado em 20/9/2017, mas houve prorrogação do prazo de encerramento do projeto para 2018, com a finalidade de garantir a qualidade nos aspectos de governança e desempenho do sistema. Em 2017, 1677 colaboradores foram treinados e 25.355 processos digitais foram criados no eDoc.	Em andamento
3 Serviço de Preservação Digital	7 – Gestão	7.2/7.3	Implantar serviço de preservação digital de informações, arquivos e dados gerados na Câmara dos Deputados de modo a padronizar formatos, garantir sua atemporalidade e atender à LAI e a normas da Casa.	O fluxo completo do sistema escolhido para a preservação digital, <i>Archivematica</i> , foi testado, possibilitando que o piloto selecionado seja implantado em 2018.	Em andamento
4 Ocupação do Centro de Gestão e Armazenamento de Materiais (Ceam/SIA)	7 – Gestão	7.3/7.4/7.5	Ocupar o edifício Ceam da Câmara dos Deputados de forma racional e otimizada em um prazo de até seis meses após a entrega da obra.	O aceite final da obra, conforme previsto, ocorreu em fevereiro de 2018. As aquisições mais importantes para o funcionamento do Centro, como porta-paletes, interligação com a rede Câmara, mobiliário e o sistema de armazenamento WMS, foram efetuadas e encaminhadas os aditivos para segurança e brigadistas.	Em andamento

Projeto	Alinhamento estratégico		Descrição	Resultados/principais entregas	Situação	
	Diretrizes	Linhas de atuação				
5	Implantação da Gestão de Riscos Corporativos	7 – Gestão	7.1/7.3	Implantar práticas sistemáticas de gestão de riscos corporativos na Câmara dos Deputados.	<p>A Metodologia Corporativa de Gestão de Riscos (MCGR) foi produzida e testada no processo “Garantir o fornecimento adequado de energia elétrica e iluminação para sessões plenárias e reuniões de Comissões”. O piloto subsidiou a realização de ações e procedimentos de continuidade de negócios para a infraestrutura de energia elétrica dos processos críticos da Casa “Realizar Sessões Plenárias” e “Realizar Reuniões de Comissões.</p> <p>A Política Corporativa de Gestão de Riscos foi aprovada e encontra-se na fase de revisão de texto.</p> <p>Foi desenvolvido, como parte do PEC Gestão (Programa de Educação Continuada em Gestão), o PEC Gestão de Riscos. A primeira turma foi ministrada em 2017.</p>	Encerrado
6	Gestão de Custos para Decisão	7 – Gestão	7.1/7.5	Implantar sistema de apropriação de custos na Câmara dos Deputados, voltado para o aperfeiçoamento do processo decisório, especialmente, para a escolha de alternativas de ação e para a apuração de custos de programas e de unidades administrativas.	<p>Encerrada a fase de benchmarking, foram realizados estudos de modelos de gestão de custos, que possibilitaram a elaboração de metodologias e pilotos para comparação de alternativas de ação. Em 2017, foi aplicado o piloto na vertente de comparar alternativas de ação, cuja conclusão levou à revisão da metodologia. Sobre a metodologia de apropriação de custos, a proposta em elaboração definiu a codificação para as unidades administrativas da Casa e ainda discute a melhor forma de apropriar às unidades os itens de custo mais relevantes.</p>	Em andamento
7	Virada Digital	Transparência Interação Cidadania	2.1 3.1 6.1	Promover a construção de novo Portal da Câmara dos Deputados.	<p>Após a realização de diagnóstico do Portal da Câmara, optou-se por uma solução mais participativa para o desenvolvimento de seu novo layout e arquitetura. Assim, foi realizado concurso por meio do Portal desafio.leg.br e homologado o resultado em dezembro de 2017.</p> <p>O objetivo do concurso foi premiar ideias inovadoras de layout, arquitetura de informação e experiência do usuário no portal da Câmara que pudessem ser implementadas pela Instituição, com foco no interesse do cidadão, para tornar a navegação mais intuitiva e as informações mais acessíveis e transparentes.</p>	Em andamento
8	Câmara de Inovação	Gestão	7.1/7.2/ 7.5	Implantar práticas de inovação na Câmara dos Deputados por meio de pesquisa de métodos, benchmarks em outros órgãos, teste de pilotos e divulgação de boas práticas de inovação em gestão pública.	<p>Realizou-se <i>benchmarking</i> com outros órgãos públicos e de Seminário sobre Inovação com a participação de palestrantes da Escola Nacional de Administração da França.</p>	Em andamento
9	Infoleg Sistema de Informações Legislativas	Qualidade das Leis Gestão	4.3 7.2/7.3/7.5	Prover a nova plataforma tecnológica para suporte ao Processo Legislativo na Câmara dos Deputados.	<p>A Secretaria-Geral da Mesa trabalha no Infoleg-Authenticador, primeiro módulo, que compreende a fase de apresentação de proposições do novo Sistema de Informações Legislativas (principal sistema de apoio informatizado à atividade legislativa da Câmara dos Deputados). Tem como premissa a modernização do processo de apresentação e de recebimento de proposições legislativas,</p>	Em andamento

Projeto	Alinhamento estratégico		Descrição	Resultados/principais entregas	Situação	
	Diretrizes	Linhas de atuação				
				com uso de assinatura biométrica, garantindo a autenticidade e a integridade dos documentos legislativos produzidos, enviados e recebidos. Por meio dos avanços alcançados nessa fase será possível, também, dar início ao processo legislativo eletrônico, com a desmaterialização dos documentos, o que certamente acarretará em economia e agilidade na publicação e tramitação das proposições.		
10	Modernização da Cota Parlamentar	Transparência Fiscalização Gestão	2.1/2.2 5.3 7.5	Reduzir as operações manuais de conferência de documentos fiscais reembolsáveis da Cota para o Exercício da Atividade Parlamentar e ampliar a transparência e o controle social sobre essas despesas.	A nova versão do sistema de controle de cotas parlamentares, CotasNet 3.0, foi lançada, promovendo o fortalecimento da transparência das informações sobre cotas, bem como a agilidade no ressarcimento das despesas.	Em andamento
11	Modernização das Redes Sociais	Sintonia Transparência Interação Cidadania	1.2 2.1/2.2 3.1 6.1	Modernizar a linguagem das redes sociais da Câmara dos Deputados e melhorar o relacionamento com o cidadão por meio dessas ferramentas.	O Serviço de monitoramento e análise de sentimentos foi contratado. O processo de uso e disseminação de informações via redes sociais foi modelado. Houve mudança nas artes e na linguagem escrita nas redes sociais da Câmara e um avanço no relacionamento com o cidadão a partir da criação de mais uma rede (Instagram) e melhoria da frequência das respostas aos usuários.	Em andamento
12	Plataforma Digital para Projetos de Lei de Iniciativa Popular (PLIP)	Transparência Interação	2.1 3.1/3.2	Desenvolver e implantar plataforma tecnológica para viabilizar a apresentação eletrônica de Projetos de Lei de Iniciativa Popular, com recursos para o cadastramento de projetos, recebimento de inscrições eletrônicas, validação das inscrições recebidas e publicação na internet do andamento do processo de apoio.	A modelagem do processo de funcionamento da plataforma digital de PLIP foi concluída. O TSE forneceu acesso ao serviço digital de verificação de dados de eleitores (ambiente de testes). A proposta de utilização da rede Blockchain para publicação das inscrições recebidas em PLIPs foi concluída. O Plenário da Casa aprovou requerimento de urgência para o PL 7.574/2017, que prevê as regras para Projetos de Lei de Iniciativa Popular. Foi firmado o acordo de cooperação técnica com o TSE n. 29, de 2017.	Em andamento
13	Aprimoramento do Processo de Fiscalização e Controle	Fiscalização	5.1/5.2/ 5.3/5.4	Aprimorar o processo de trabalho de fiscalização e controle visando o fortalecimento da atuação da Câmara dos Deputados como instância orientadora do Controle Externo na Administração Pública Federal	Aprovada Resolução n. 25, de 2017, que alterou o regimento interno que prevê o processo de trabalho de fiscalização e controle e seus produtos (Plano Anual de Fiscalização e Controle - PAFC e Relatório de Acompanhamento de Fiscalização e Controle - RAFC).	Em andamento

Fonte: Assessoria de Projetos e Gestão.

Os projetos corporativos buscam a execução do planejamento estratégico da Casa, por isso a necessidade de alinhamento às diretrizes e às linhas de atuação da estratégia de longo prazo 2012-2023.

A [figura 2](#), apresentada a seguir, mostra a execução do planejamento estratégico x impactos de projetos corporativos nas linhas de atuação. Um importante instrumento de análise do nível geral de execução da estratégia planejada, auxiliando tanto na tomada de decisões quanto na definição de prioridades. Verifica-se que alguns projetos impactam simultaneamente mais de uma linha de atuação, como se pode perceber no [quadro 2](#).

Figura 2 – Demonstrativo de execução do planejamento estratégico x impactos de projetos corporativos nas linhas de atuação

Linhas de Atuação - Ciclo 2012-2023		Demonstrativo de execução do Planejamento Estratégico por meio de Projetos Corporativos	
		Projetos 2017	Total de Projetos 2012-2023
SINTONIA	1.1 Captar os anseios dos cidadãos e dos segmentos da sociedade organizada	0	3
	1.2 Promover o debate dos grandes temas nacionais	1	3
	1.3 Elaborar, de forma sistemática, estudos e análises dos grandes temas nacionais e das políticas públicas	0	1
TRANSPARENCIA	2.1 Facilitar o acesso da sociedade às informações	3	12
	2.2 Estimular o controle social	2	3
INTERAÇÃO	3.1 Aperfeiçoar os meios para que os cidadãos possam interagir com a Câmara dos Deputados	2	9
	3.2 Aprimorar o processo legislativo de forma a garantir a participação da sociedade, respeitada a autonomia de decisão parlamentar	1	2
QUALIDADE DAS LEIS	4.1 Aprimorar os mecanismos para consolidação e revisão de normas, bem como para a elaboração de leis e códigos	0	0
	4.2 Avaliar previamente a necessidade, a viabilidade e os potenciais impactos associados à implementação das leis e, de forma sistemática, o resultado da sua aplicação após a sua vigência.	0	1
	4.3 Promover o aperfeiçoamento do processo legislativo	3	7
FISCALIZAÇÃO	5.1 Desenvolver e instituir mecanismos de avaliação e fiscalização de forma a contribuir para o alcance da eficiência e da efetividade das ações do Estado	1	1
	5.2 Melhorar a integração da Câmara dos Deputados com as redes de avaliação e controle	1	1
	5.3 Promover ações para coibir o mau uso de recursos públicos	2	2
	5.4 Intensificar o relacionamento e a troca de informações com o Tribunal de Contas da União para aperfeiçoar a atribuição constitucional de fiscalização	1	1
CIDADANIA	6.1 Favorecer o entendimento da sociedade sobre o papel do Legislativo, o funcionamento da instituição e as atividades dos Deputados	1	5
	6.2 Desenvolver e aperfeiçoar programas institucionais de educação política para os públicos interno e externo	0	0
	6.3 Cooperar com o sistema educacional brasileiro para o desenvolvimento do tema cidadania ativa	0	0
	6.4 Aperfeiçoar práticas de cidadania no âmbito interno	0	0
GESTÃO	7.1 Aprimorar o processo decisório, os indicadores de desempenho e a gestão de projetos, de processos e de riscos corporativos	3	8
	7.2 Melhorar a gestão e a disseminação de informações internas	6	14
	7.3 Assegurar a infraestrutura adequada e a continuidade dos serviços	5	7
	7.4 Promover uma adequada gestão de pessoas, com ênfase na produtividade, meritocracia e qualidade de vida	1	3
	7.5 Melhorar a eficiência administrativa e a utilização dos recursos	7	8
	7.6 Instituir serviços comuns ao Parlamento	0	0

Fonte: Assessoria de Projetos e Gestão.

Destaca-se que foram iniciados esforços nas linhas de atuação da diretriz “Fiscalização”, com a aprovação dos projetos corporativos “Controle e modernização da cota parlamentar” e “Processo de aprimoramento do processo de fiscalização e controle”. Os ganhos já são expressivos, conforme resultados parciais descritos no [quadro 2](#).

O Comitê de Gestão Estratégica também acompanha o Portfólio de Grandes Obras, composto pelos projetos de ampliação do edifício Anexo IV, reforma dos imóveis funcionais, Centro de Tecnologia Norte (Cetec) e construção do Centro de Gestão e Armazenamento de Materiais (Ceam-SIA). As obras estão em consonância com a linha de atuação 7.3 “Assegurar a infraestrutura adequada e a continuidade dos serviços”, da diretriz “Gestão do planejamento estratégico de longo prazo”. Maiores informações sobre esses projetos estão detalhadas no [item 2.3.3.4](#) deste relatório.

2.1.2.1 Integração entre projetos e processos

A Câmara dos Deputados tem aprimorado o alinhamento entre os projetos e os processos de trabalho por eles impactados, ajustando a sua metodologia de gestão de projetos para incorporar as fases de transição e avaliação de impacto. O tema é observado desde a seleção dos projetos que compõem os portfólios estratégicos corporativo e setorial, em conformidade com o modelo de governança da gestão.

O quadro a seguir evidencia a integração entre os dois tópicos, mostrando os macroprocessos finalísticos e de apoio da Câmara relacionados e os processos impactados pelos projetos encerrados em 2017.

Quadro 3 – Processos impactados pelas principais entregas em 2017 do portfólio corporativo

Projeto	Macroprocessos relacionados	Processos impactados
Implantação da Gestão de Riscos Corporativos	<ul style="list-style-type: none"> Gerir os trabalhos administrativos da Câmara dos Deputados 	Foi criado o processo de gestão corporativa de riscos cuja metodologia é detalhada no item 3.3 . O tema foi incorporado às atribuições da Aproge e será disseminado na Casa por meio de um programa formal de treinamento integrante do PEC Gestão, cuja primeira turma foi capacitada em 2017.
Infoleg – Movimentação Parlamentar	<ul style="list-style-type: none"> Registrar a atuação parlamentar 	A modernização do processo de movimentação parlamentar está sendo incorporada às atividades da Secretaria-Geral da Mesa. A fase de operação assistida do sistema encontra-se em andamento, com impacto positivo na integração e na governança de dados e processos.

Fonte: Assessoria de Projetos e Gestão.

2.1.3 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos

No [item 2.1](#), foi exposta a vinculação do planejamento de longo prazo e do plano de curto prazo com as diretrizes estratégicas que, por sua vez, estão relacionadas com a missão da Câmara, derivada das competências institucionais extraídas da Constituição Federal de 1988 e do Regimento Interno.

2.2 Formas e Instrumentos de Monitoramento da Execução e dos Resultados Alcançados

A avaliação do desempenho da gestão é competência do CGE, no aspecto corporativo, e dos comitês setoriais de gestão da Casa, no contexto setorial.

A gestão estratégica e a execução dos projetos corporativos são monitoradas sistematicamente pela Assessoria de Projetos e Gestão, que desempenha o papel de Escritório Corporativo de Gestão Estratégica, e analisadas nas reuniões de avaliação estratégica (RAEs) pelos diretores que são membros do Comitê de Gestão Estratégica (CGE). Isso ocorre ordinariamente três vezes ao ano (nos meses de abril, setembro e dezembro) ou extraordinariamente, conforme a necessidade. Cada RAE dá origem a uma ata, que passa a ser importante instrumento de controle das decisões pontuais tomadas na reunião e das pendências a serem solucionadas. Os projetos estratégicos são continuamente acompanhados pelo Escritório Corporativo, por meio de reuniões com os patrocinadores e gerentes e de relatórios de situação.

Os comitês setoriais reúnem-se ordinariamente três vezes ao ano e, extraordinariamente, se necessário, em reuniões de avaliação estratégica (RAEs) setoriais, conforme previsto nos arts. 19 e 20 da [Portaria n. 233, de 2009](#), para deliberar sobre a estratégia institucional e o desenvolvimento dos projetos. As reuniões dos comitês setoriais são realizadas previamente às reuniões ordinárias do CGE para analisar os portfólios setoriais correspondentes e subsidiar a pauta das RAEs corporativas.

Dessa forma, a direção da Casa acompanha a execução da estratégia e avalia a necessidade de corrigir problemas ou de adotar novas medidas. Outras práticas de acompanhamento da execução e dos resultados alcançados estão explicitadas no [item 2.1.2](#), no qual há informações sobre a evolução das práticas de gestão de projetos e portfólio e a integração entre projetos e processos, e também no [item 2.5](#), que trata da análise de indicadores.

Para aprimorar a governança da gestão orçamentária e das aquisições de bens e serviços foi criado o Comitê Diretivo de Gestão Orçamentária e Financeira (CDGOF), pela [Portaria DG n. 16, de 2017](#). Esse colegiado tem a responsabilidade de discutir e supervisionar o planejamento e monitoramento de aquisição de bens e serviços, bem como da gestão orçamentária e financeira e, ainda, a elaboração do processo de prestação de contas anual.

Ao longo de 2017, ocorreram doze reuniões que permitiram desenvolver trabalhos atinentes ao acompanhamento e ao monitoramento do orçamento e do plano de compras e contratações da instituição. Convém destacar as principais decisões:

- ✓ Definição e aprovação do “Modelo de governança das aquisições e do planejamento e acompanhamento orçamentários – CDGOF”, com as alçadas de decisão e papéis e responsabilidades deste Comitê, em relação à aquisição de bens e a contratações de serviços;
- ✓ Formulação de capacitação para aprimorar o processo de prestação de contas e gestão orçamentária;
- ✓ Aprovação de remanejamentos e suplementações orçamentárias, conforme alçadas de decisão; e
- ✓ Idealização e aprovação do “Cronograma do processo de prestação de contas anual da Câmara 2017”.

2.2.1 Análise de dados e organização de informações gerenciais

A Portaria DG n. 166, de 2016 estruturou, na Assessoria de Projetos e Gestão, o processo de trabalho de análise de dados e organização de informações que auxiliem a tomada de decisões, com as finalidades de prover a alta direção da Casa com dados consistentes para a tomada de decisão, de acompanhar de modo organizado os principais indicadores da gestão e, também, de encorajar as demais unidades administrativas a adotar uma cultura de gestão baseada em análise de dados. O normativo legal atribuiu o nome de DataCâmara ao processo de análise de dados para gestão.

Os principais processos que foram criados a partir da implantação do DataCâmara foram: a) organizar bases de dados, cruzando informações de tabelas ou fontes; b) analisar dados gerenciais; c) desenvolver análises e estudos estatísticos, qualitativos e quantitativos; d) propor o desenvolvimento, a aquisição, a manutenção e a atualização de software de análise de dados e informações; e) auxiliar o Comitê de Gestão Estratégica a levantar dados e desenvolver estudos estatísticos; f) elaborar painéis informacionais (*dashboards*) para a alta gestão; e g) desenvolver treinamentos sobre análise de dados para compartilhar boas práticas com outras unidades administrativas e incentivar o crescimento da cultura de tomada de decisão com base em dados.

Para prover dados em painéis dinâmicos e viabilizar análises, simulações de cenários e hipóteses levantadas pela Administração, foi adquirido o software do tipo *Data Discovery*. A ferramenta utilizada de mineração viabilizou a criação, publicação e visualização de painéis de Gestão, por diversas áreas da Câmara dos Deputados, tanto na intranet quanto na internet, para um número ilimitado de usuários.

Com o propósito de capacitar os servidores no uso da ferramenta, foram abertas cinco turmas de elaboração de painéis (*dashboards*) com a participação de sessenta servidores e duas turmas de administração de ambientes, capacitando dezenove servidores. No total foram capacitados na utilização do software setenta e nove servidores dos diversos setores da instituição.

Além do DataCâmara, outras unidades administrativas da Casa produziram seus próprios *dashboards*, tais como: Diretoria Administrativa, Departamento de Finanças, Orçamento e Contabilidade, Diretoria de Recursos Humanos, Coordenação de Pagamento, Coordenação de Projetos, EcoCâmara, Presidência, Consultoria de Orçamento e Finanças, Partido Social Democrático, Secretaria de Controle Interno, Diretoria de Inovação e Tecnologia da Informação, Pró-Saúde, Departamento de Material e Patrimônio e Coordenação de Interação Digital .

2.3 Desempenho Orçamentário

A atividade-fim da Câmara dos Deputados integra, no âmbito do Plano Plurianual 2016-2019 (Lei n. 13.249, de 2016), o Programa 0553 – Atuação Legislativa da Câmara dos Deputados. Esse programa é classificado como Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado, razão pela qual é dispensado o detalhamento das respectivas ações orçamentárias constantes da Lei Orçamentária Anual (LOA).

A dotação inicial relativa aos grupos de natureza de despesa (GND) 3 e 4 (Outras Despesas Correntes e Investimentos) para a Câmara dos Deputados, de 2017, foi maior que a de 2016, conforme quadro abaixo:

Quadro 4 – Dotação inicial 2016 x 2017

	LOA 2016	LOA 2017	Diferença
GND 3	844.764.953,00	1.019.233.017,00	174.468.064,00
GND 4	75.634.618,00	130.275.701,00	54.641.083,00
Total	920.399.571,00	1.149.508.718,00	229.109.147,00

Fonte: Tesouro Gerencial.

Ao longo do exercício, fez-se necessária a abertura de créditos orçamentários com vistas a equacionar a execução do orçamento da Casa. No quadro abaixo apresentam-se as alterações que acarretaram suplementações ou remanejamentos no mesmo GND ou entre GNDs.

Quadro 5 – Suplementações ou remanejamentos no mesmo GND ou entre GNDs

Valores em reais

Ato	GND 1	GND 3	GND 4
*Portaria n. 22, de 25/9/2017		1.700.000,00 (1.700.000,00)	
*Portaria n. 30, de 13/12/2017	39.000.000,00 (39.000.000,00)		
*Portaria n. 32, de 21/12/2017	(10.300.000)	13.700.000,00 (1.720.000,00)	(1.680.000,00)

Fonte: Departamento de Finanças, Orçamento e Contabilidade.

* Portaria da Presidência da CD.

Conforme se observa no [quadro 5](#), em 2017 somente houve abertura de créditos ao orçamento da Câmara dos Deputados mediante o oferecimento de recursos compensatórios do próprio Órgão.

2.3.1 Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento

No exercício de 2017, não houve reconhecimento de passivo por insuficiência de créditos ou recursos.

2.3.2 Restos a pagar de exercícios anteriores

O [quadro 6](#) exhibe os dados referentes à execução dos restos a pagar processados e não processados, contemplando o montante de restos a pagar inscritos em exercícios anteriores vigentes em 2017, bem como os valores cancelados e pagos no decorrer do exercício de 2017.

Quadro 6 – Restos a pagar inscritos em exercícios anteriores

Valores em reais

Restos a pagar processados					
Ano de inscrição	Montante em 1/1/2017 (A)	Pagamento (B)	Cancelamento (C)	RP não processado – reinscrito como RP processado⁽⁵⁾ (D)	Saldo em 31/12/2017 = A – B – C + D
2016	2.405.514,12	2.102.451,13	0,00	77.565,25	380.628,24
2015	74.536,31	16.656,85	25.593,21	69.488,25	101.774,50
2014	1.661.753,50	13.260,87	24.193,57	0,00	1.624.299,06
2013	3.169.665,11	0,00	17.522,34	0,00	3.152.142,77
2012	24.531,65	0,00	20.182,64	0,00	4.349,01
2011	26.856,63	0,00	165,83	0,00	26.690,80
2010	757,37	0,00	397,63	0,00	359,74
2007	191,39	0,00	191,39	0,00	0,00
Total	7.363.806,08	2.132.368,85	88.246,61	147.053,50	5.290.244,12
Restos a pagar não processados					
Ano de inscrição	Montante em 1/1/2017 (A)	Pagamento (B)	Cancelamento (C)	RP não processado – reinscrito como RP processado (D)	Saldo em 31/12/2017 = A – B – C – D
2016	44.105.281,03	25.882.716,06	13.205.162,60	77.565,25	4.939.837,12
2015	14.250.565,79	5.082.859,54	7.139.370,03	69.488,25	1.958.847,97
2014	4.224.919,71	4.084.116,98	0,00	0,00	140.802,73
2013	1.093.830,16	162.538,80	110,69	0,00	931.180,67
2012	132.363,81	850,36	1.881,57	0,00	129.631,88
2011	8.372,00	0,00	0,00	0,00	8.372,00
2010	97.208,68	0,00	0,00	0,00	97.208,68
Total	63.912.541,18	35.213.081,74	20.346.524,89	147.053,50	8.205.881,05

Fonte: Coordenação de Administração Financeira.

* Restos a pagar executados pelas UGs Câmara dos Deputados e Fundo Rotativo da Câmara dos Deputados.

⁵ Contempla os valores originalmente inscritos em restos a pagar não processados, mas que passaram pelo processo de liquidação da despesa em 2017, sem o correspondente pagamento, de acordo com as regras da STN (conta 631300000 – RP não processados liquidados a pagar).

2.3.2.1 Análise crítica

Restos a pagar processados: parte do montante ainda pendente de pagamento (aproximadamente 71%) refere-se a valores retidos de fornecedores por descumprimento de contratos, os quais somente serão pagos após a conclusão do devido processo administrativo. Dentre estas entidades credoras da Câmara, a empresa Sony Brasil Ltda. é a mais representativa, com R\$ 3,08 milhões retidos.

Restos a pagar não processados: a tabela abaixo demonstra como estão divididos os valores a pagar por grupo de despesa. Verifica-se que 49,7% (R\$ 4,1 milhões) do saldo de restos a pagar não processados a pagar referem-se a despesas com investimentos. Esse valor equivale a um terço do valor observado em 2016 (R\$ 12,7 milhões). Deste saldo, cerca de R\$ 1,6 milhão refere-se a empenhos relativos ao projeto da construção do Centro de Gestão e Armazenagem de Materiais da Câmara dos Deputados e R\$ 2,4 milhões à ação Administração Legislativa.

Tabela 2 – RPNP – por GND

Valores em reais		
GND	%	Total
1	13,3%	1.089.680,04
3	37,0%	3.039.045,34
4	49,7%	4.077.155,67
Total	100,00	8.205.881,05

Fonte: Coordenação de Administração Financeira.

2.3.3 Informações sobre a execução das despesas

As informações sobre a execução das despesas estão subdivididas em: despesas totais por modalidade de contratação e despesas por grupo e elemento de despesa. Os quadros apresentados nas próximas páginas demonstram a execução das despesas em sua totalidade (UGs Câmara dos Deputados e Fundo Rotativo da Câmara dos Deputados).

2.3.3.1 Despesas totais por modalidade de contratação

Quadro 7 – Despesas por modalidade de contratação

Valores em reais

Modalidade de contratação	Despesa executada				Despesa paga			
	2017	%	2016	%	2017	%	2016	%
1. Modalidade de licitação (a+b+c+d+e+f+g)	281.423.365,36	5,20%	262.244.877,73	4,99%	246.526.165,58	4,61%	244.538.684,92	4,70%
a) Convite	124.733,68	0,00%	160.588,72	0,00%	122.625,61	0,00%	138.885,68	0,00%
b) Tomada de preços	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
c) Concorrência	1.043.835,40	0,02%	2.366.208,56	0,05%	315.132,33	0,01%	1.446.357,95	0,03%
d) Pregão	279.954.796,28	5,17%	259.718.080,45	4,95%	246.063.407,64	4,61%	242.953.441,29	4,67%
e) Concurso	300.000,00	0,01%	0,00	0,00%	25.000,00	0,00%	0,00	0,00%
f) Consulta	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
g) Regime diferenciado de contratações públicas	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
2. Contratações diretas (h+i)	82.137.422,07	1,52%	105.527.960,96	2,01%	72.068.518,43	1,35%	100.409.187,19	1,93%
h) Dispensa	58.670.470,74	1,08%	82.059.305,52	1,56%	52.365.260,06	0,98%	78.993.046,68	1,52%
i) Inexigibilidade	23.466.951,33	0,43%	23.468.655,44	0,45%	19.703.258,37	0,37%	21.416.140,51	0,41%
3. Regime de execução especial	1.108.602,15	0,02%	1.120.862,33	0,02%	1.108.602,15	0,02%	1.120.862,33	0,02%
j) Suprimento de fundos	1.108.602,15	0,02%	1.120.862,33	0,02%	1.108.602,15	0,02%	1.120.862,33	0,02%
4. Pagamento de pessoal (k+l)	4.478.001.966,47	82,68%	4.307.204.799,06	82,01%	4.478.001.966,47	83,82%	4.305.654.339,06	82,72%
k) Pagamento em folha ⁽¹⁾	4.473.275.744,54	82,59%	4.303.099.834,64	81,93%	4.473.275.744,54	83,73%	4.301.549.374,64	82,64%
l) Diárias	4.726.221,93	0,09%	4.104.964,42	0,08%	4.726.221,93	0,09%	4.104.964,42	0,08%
5. Outros ⁽²⁾	573.480.399,48	10,59%	575.807.859,07	10,96%	544.508.689,41	10,19%	553.672.490,50	10,64%
6. Total (1+2+3+4+5)	5.416.151.755,53	100,00%	5.251.906.359,15	100,00%	5.342.213.942,04	100,00%	5.205.395.564,00	100,00%

Fonte: Coordenação de Administração Financeira e Coordenação de Contabilidade.

⁽¹⁾ Refere-se apenas às despesas do GND 1.

⁽²⁾ O item 5, denominado “outros”, abriga as despesas cuja modalidade de licitação seja igual a “não se aplica”, identificação empregada quando da emissão da nota de empenho, mas que não constam do item 4.

2.3.3.2 Análise crítica das despesas por modalidade de contratação

A modalidade Pregão é usada em aproximadamente 99,5% das aquisições (quadro 7) que exigem a abertura de processo licitatório. Essa modalidade confere maior eficiência administrativa, uma vez que produz um resultado mais célere a custos menores. Vale ressaltar ainda que o registro de preços é processado mediante pregão.

Como se observa no quadro 7, houve diminuição de R\$ 23,4 milhões de reais (28,5%) nas despesas executadas de 2016 para 2017, referentes à dispensa de licitação nas Unidades Câmara dos Deputados e Fundo Rotativo. O quadro abaixo detalha os valores mais relevantes da despesa liquidada em dispensa de licitação, por inciso, do artigo 24 da Lei de Licitações e Contratos (Lei n. 8.666, de 1993).

Quadro 8 – Valores executados – dispensa de licitação 2017 x 2016

Unidade orçamentária	Inciso	Descrição	2017	2016
Câmara dos Deputados	XI	Remanescente	27.008.893,50	46.435.528,41
	XXII	Concessionária	15.224.333,63	14.832.231,86
	XIII	Instituição social	10.584.520,47	10.406.040,17
	IV	Emergencial	22.500,00	3.235.024,98
		Outros	5.410.271,73	4.563.849,76
Subtotal			58.250.519,33	79.472.675,23
FRCD	II	Limite de valor	419.951,41	392.176,73
		Outros	0,00	2.194.453,56
Subtotal			419.951,41	2.586.630,29
Total			58.670.470,74	82.059.305,52

Fonte: Coordenação de Administração Financeira.

Percebe-se que o inciso XI foi o maior responsável pela diminuição nos casos de dispensa de licitação. Ele trata da possibilidade de esta ser dispensável “na contratação remanescente de obra, serviço ou fornecimento, em consequência de rescisão contratual, desde que atendida a ordem de classificação da licitação anterior [...]”. É o caso das empresas que não conseguem sustentar o serviço, a obra ou o fornecimento e, antes de findos os respectivos contratos, é facultado à Administração, por força deste inciso, chamar o segundo colocado, caso seja de seu interesse, com a manutenção dos preços da contratada anterior.

A dispensa de licitação para contratação emergencial, que trata da dispensa de licitação “nos casos de emergência ou de calamidade pública quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares”, pelo prazo de até 180 dias, não foi praticamente utilizada em 2017.

2.3.3.3 Despesas por grupo e elemento de despesa

Quadro 9 – Despesas por grupo e elemento de despesa

Valores em reais

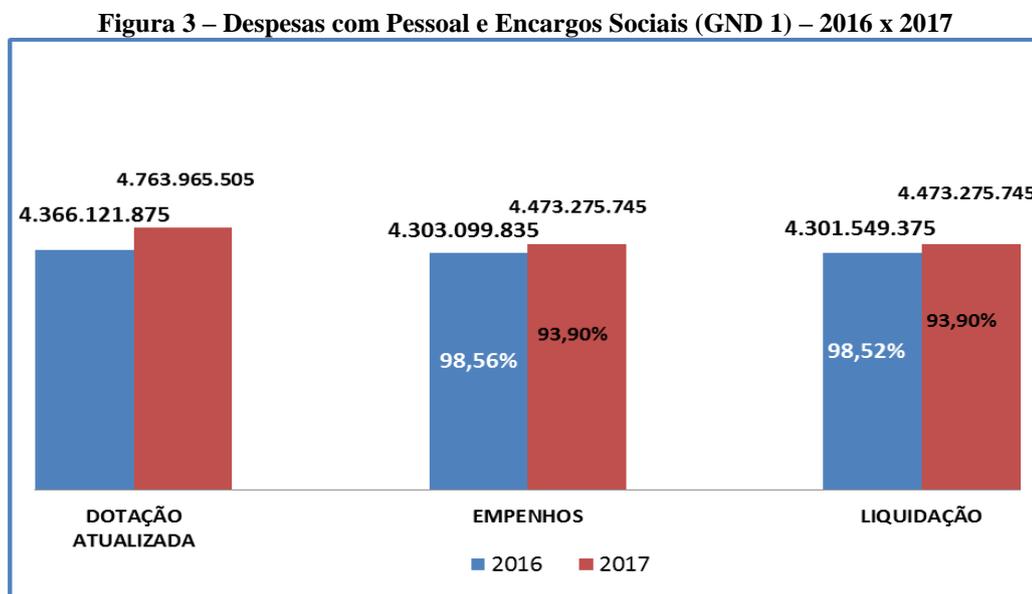
Despesas correntes								
Grupos de despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores pagos	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
1. Despesas de pessoal	4.473.275.744,54	4.303.099.834,64	4.473.275.744,54	4.301.549.374,64	0,00	1.550.460,00	4.473.275.744,54	4.301.549.374,64
11 – Vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil	2.268.604.562,02	2.189.883.750,57	2.268.604.562,02	2.189.883.750,57	0,00	0,00	2.268.604.562,02	2.189.883.750,57
01 – Aposentadorias, RPPS, reserva remunerada e reforma militar	1.331.670.315,85	1.228.863.061,24	1.331.670.315,85	1.228.863.061,24	0,00	0,00	1.331.670.315,85	1.228.863.061,24
13 – Obrigações patronais	439.370.631,19	425.915.362,64	439.370.631,19	425.915.362,64	0,00	0,00	439.370.631,19	425.915.362,64
Demais elementos do grupo	433.630.235,48	458.437.660,19	433.630.235,48	456.887.200,19	0,00	1.550.460,00	433.630.235,48	456.887.200,19
2. Juros e encargos da dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3. Outras despesas correntes	926.532.781,40	919.210.676,07	861.217.734,65	884.313.773,93	65.315.046,75	34.896.902,14	860.758.926,20	881.939.321,90
37 – Locação de mão de obra	259.730.026,48	245.436.685,08	235.994.688,94	240.893.468,27	23.735.337,54	4.543.216,81	235.649.708,98	238.739.979,17
93 – Indenizações e restituições	210.074.597,77	206.400.238,29	194.067.146,13	191.556.213,78	16.007.451,64	14.844.024,51	194.066.900,13	191.556.213,78
46 – Auxílio-alimentação	179.395.349,95	169.929.121,74	179.395.349,95	169.929.121,74	0,00	0,00	179.395.349,95	169.929.121,74
39 – Outros serviços de terceiros – PJ	141.555.312,26	167.252.005,90	132.737.535,13	162.716.193,25	8.817.777,13	4.535.812,65	132.726.272,55	162.612.591,44
Demais elementos do grupo	135.777.494,94	130.192.625,06	119.023.014,50	119.218.776,89	16.754.480,44	10.973.848,17	118.920.694,59	119.101.415,77
Despesas de capital								
Grupos de despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores pagos	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
4. Investimentos	16.343.229,59	29.595.848,44	8.438.056,94	21.937.929,55	7.905.172,65	7.657.918,89	8.179.271,30	21.906.867,46
52 – Equipamentos e material permanente	10.703.222,37	21.908.915,88	5.978.150,44	17.872.484,69	4.725.071,93	4.036.431,19	5.878.146,77	17.871.397,60
51 – Obras e instalações	2.963.859,40	3.838.552,41	886.962,61	1.521.731,16	2.076.896,79	2.316.821,25	886.962,61	1.521.731,16
39 – Outros serviços de terceiros – PJ	2.005.460,86	3.681.647,62	1.158.484,07	2.419.157,98	846.976,79	1.262.489,64	999.702,10	2.389.182,98
Demais elementos do grupo	670.686,96	166.732,53	414.459,82	124.555,72	256.227,14	42.176,81	414.459,82	124.555,72
5. Inversões financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6. Amortização da dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	5.416.151.755,53	5.251.906.359,15	5.342.931.536,13	5.207.801.078,12	73.220.219,40	44.105.281,03	5.342.213.942,04	5.205.395.564,00

Fonte: Coordenação de Administração Financeira e Coordenação de Contabilidade.

2.3.3.4 Análise crítica das despesas por grupo e elemento de despesa

▪ Pessoal e encargos sociais (GND 1)

No que diz respeito às despesas com pessoal e encargos sociais, como pode ser observado na figura abaixo, o montante liquidado da dotação atualizada foi da ordem de aproximadamente 94%.

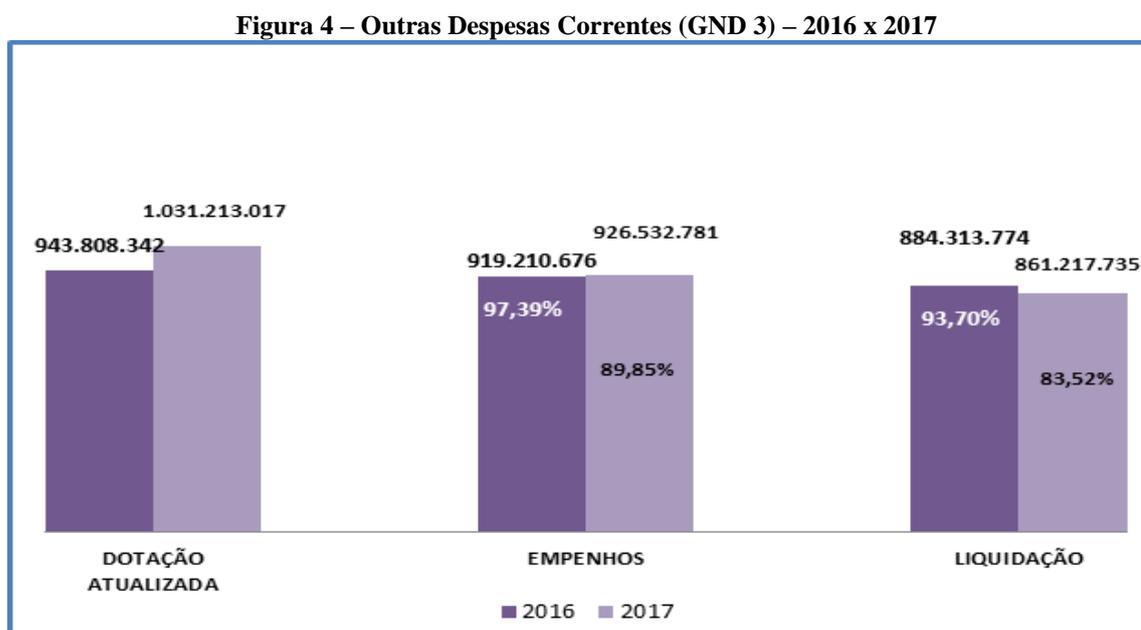


Fonte: Coordenação de Administração Financeira.

Em relação às variações ocorridas neste grupo ([quadro 9](#)), merece destaque o crescimento de 8,37% das despesas no Elemento de Despesa 01 – Aposentadorias e Reformas. Essa variação decorre, principalmente, da concessão de 165 aposentadorias pelo órgão durante o exercício de 2017. Destaca-se ainda que não houve inscrição de restos a pagar não processados.

▪ Outras despesas correntes (GND 3)

O valor liquidado no GND 3, Outras Despesas Correntes, como se pode observar na figura abaixo, alcançou 83,5% da dotação.



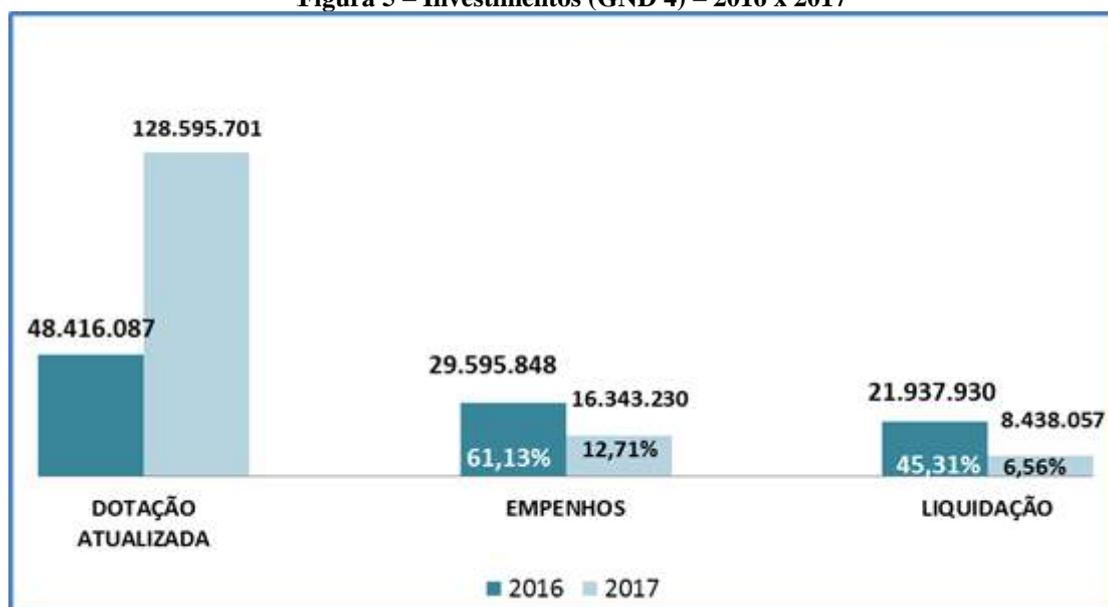
Fonte: Coordenação de Administração Financeira.

A despesa liquidada em 2017 foi aproximadamente 3% inferior à liquidada em 2016 (quadro 9). Esse decréscimo é devido, principalmente, à diminuição na execução da despesa relativa a “Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica (Elemento de Despesa 39)”. Essa variação teve forte influência das medidas de contenção de gastos na Casa, adotadas pela Mesa Diretora, e que culminaram na [Decisão da Mesa, de 29 de agosto de 2017](#), a qual indisponibilizou R\$ 17,5 milhões nas dotações orçamentárias destinadas a custeio operacional na Câmara dos Deputados.

▪ **Investimentos (GND 4)**

Com relação aos investimentos realizados em 2017, houve uma diminuição de 61,5% na liquidação de despesas em relação a 2016 (quadro 9), quase toda ela (90%) ocorrida na despesa com Equipamentos e Material Permanente (Elemento de Despesa 52).

Figura 5 – Investimentos (GND 4) – 2016 x 2017



Fonte: Coordenação de Administração Financeira.

Em decorrência do Novo Regime Fiscal, instituído pela EC n. 95, de 2016, e seguindo diretriz passada pela Alta Administração, limitou-se as aquisições em algumas áreas da Casa. Na Secretaria de Comunicação, por exemplo, o orçamento de investimentos foi de R\$ 10.248.701,00, e a execução, de R\$ 1.327.043,81, ou seja, 13% do limite, haja vista o novo contexto das finanças públicas. Dentro das despesas de tecnologia da informação foram disponibilizados R\$ 33.450.105,03 e executados R\$ 5.014.505,70, 15% do limite disponibilizado. Essa execução orçamentária foi consequência da implantação de mudanças nos procedimentos de compra da Instituição, que visam aperfeiçoar o planejamento e processo das aquisições.

Outro motivo para a baixa execução foram as medidas de contenção de despesas adotadas pela Mesa Diretora, em [Decisão de 29 de agosto de 2017](#), que indisponibilizaram o valor de R\$ 21.000.000,00 neste Grupo de Natureza da Despesa. Os cortes de gastos impactaram negativamente a execução da programação orçamentária da área responsável pelos serviços de arquitetura, obras, reformas, telefonia e manutenção em geral. Aqueles cortes afetaram principalmente as ações de obras e serviços de engenharia programadas em investimentos, que necessitam de mais tempo para serem viabilizadas em razão da necessidade de projetos básicos mais elaborados e, consequentemente, licitações mais complexas.

Segue, abaixo, um breve resumo da execução orçamentária e financeira das obras da Câmara dos Deputados:

Quadro 10 – Ações orçamentárias – Obras

Ação	Valor total da ação ⁽¹⁾	Dotação inicial (meta financeira)	Execução física ⁽²⁾ % de execução física			Execução orçamentária ⁽³⁾	
			Execução financeira (pago + RP pago)	Prevista	Realizada	Realizada (empenhado em 2017)	%
			(c)	(d) = (b/a)	(e) = (c/a)	(f)	(g) = (f/a)
10AT – Ampliação do Edifício Anexo IV	324.746.506,92	35.000.000,00	0,00	11%	0%	0,00	0%
7710 – Construção do Anexo V	191.210.000,00	750.000,00	0,00	1%	0%	0,00	0%
10S2 – Construção do Centro de Tecnologia da Câmara dos Deputados	48.407.247,02	5.000.000,00	278.001,08	9%	1%	278.001,06	1%
12F2 – Reforma dos imóveis funcionais destinados à moradia dos deputados federais	312.726.298,93	10.000.000,00	0,00	3%	0%	0,00	0%
10C4 – Construção do Centro de Gestão e Armazenagem de Materiais da CD, no SIA	52.119.657,20	5.000.000,00	10.517.380,56	10%	20%	1.821.406,15	3%

Fonte: Coordenação de Administração Financeira e Departamento Técnico.

Observações:

(1) PPA 2016-2019 (Lei n. 13.249, de 2016) e alterações.

(2) Execução física realizada em valores superiores ao previsto na dotação orçamentária em razão de execução financeira de empenhos emitidos em anos anteriores e inscritos em restos a pagar.

(3) Sistemas SIORC e SIGMAS da Câmara dos Deputados.

▪ **Ampliação do edifício Anexo IV**

Conforme mencionado na seção anterior, não houve decisão da Administração da Casa para dar andamento à ação. Portanto, não houve execução orçamentária no exercício financeiro de 2017. A dotação inicial prevista para a LOA 2017 foi de R\$ 35.000.000,00.

Situação do projeto

O projeto básico para construção do Bloco B encontra-se finalizado, aguardando autorização para proceder à contratação. O quadro abaixo resume a cronologia da execução desta obra.

Quadro 11 – Execução da obra – bloco B do edifício Anexo IV

	Até 2016	Em 2017	Até 2017
Execução orçamentária	1,4%	0,0%	1,4%
Execução física	1,3%	0,0%	1,3%

Fonte: Coordenação de Administração Financeira e Departamento Técnico.

▪ **Construção do Anexo V**

Não houve decisão da Administração da Casa para dar andamento à ação. Dessa forma, não houve execução orçamentária no exercício financeiro de 2017. A dotação inicial prevista para a LOA 2017 foi de R\$ 750.000,00. Este programa não faz parte do Portfólio de Grandes Obras da Gestão Estratégica da Casa. O quadro abaixo resume a cronologia da execução desta obra.

Quadro 12 – Execução da obra – Anexo V

	Até 2016	Em 2017	Até 2017
Execução orçamentária	0,6%	0,00%	0,6%
Execução física	0,6%	0,00%	0,6%

Fonte: Coordenação de Administração Financeira e Departamento Técnico.

▪ **Construção do Centro de Tecnologia da Câmara dos Deputados**

Continuidade das obras de construção do bloco C do Complexo Avançado, que abrigará infraestrutura de redundância aos sistemas de informática da Casa, unidade para serviços de segurança, administração daquele complexo administrativo, posto médico e depósito, e três subsolos com cerca de 240 vagas de garagem. A edificação com 16 módulos está programada para ser construída em três etapas: construção de 4 módulos na 1ª etapa; 4 módulos na 2ª etapa; e 8 módulos na 3ª etapa.

A ação visa prover infraestrutura física, instalações e climatização necessárias ao funcionamento dos ativos de Tecnologia da Informação e das pessoas que administrarão diretamente tais equipamentos.

Situação do Projeto:

- Primeira etapa: concluída.
- Segunda etapa: concluída.
- Terceira etapa: não iniciada.

Quadro 13 – Execução da obra – Centro de Tecnologia da Câmara dos Deputados

	Até 2016	Em 2017	Até 2017
Execução orçamentária	48,9%	0,6%	49,5%
Execução física	37,8%	0,6%	38,4%

Fonte: Coordenação de Administração Financeira e Departamento Técnico.

Foi disponibilizado, na LOA 2017, o valor de R\$ 5.000.000,00 e executado R\$ 278.001,08 referente a aditivos da 2ª etapa. A contratação das instalações para ampliação do datacenter para a edificação dessa etapa iniciou-se em 2017 e não foi possível finalizá-la no mesmo ano.

▪ **Reforma dos imóveis funcionais destinados à moradia dos deputados federais**

Trata-se de projeto de reforma de 18 blocos de 24 apartamentos totalizando 432 unidades para reforma ao custo, entre valores executados e estimados atualizados, de R\$ 324.526.298,93 entre os anos de 2005 a 2020, conforme quadros abaixo.

Foi disponibilizada, na LOA 2017, a dotação de R\$ 10.000.000,00, não havendo qualquer execução no exercício.

Estava prevista a contratação de projetos estruturais e de instalação para reforma dos blocos I, J, K, e L da SQN 202, o que não se concretizou em 2017, tendo em vista que foi solicitado, pelo Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados, por meio do processo 101.641/2015, atualizar estudo de viabilidade econômica da ação, o que inviabilizou a contratação do desenvolvimento de projetos para continuidade da reforma.

Situação do Projeto:

- Reforma dos blocos A, B, C, D, E, F, G, H e I na **SQN 302**
Concluída. Total de 216 apartamentos em 9 blocos.
- Reforma dos blocos I, J, K, e L da **SQN 202**
Não iniciada. Em andamento estudo para divisão de um apartamento em dois, transformando 96 apartamentos em 192, nesses 4 blocos.
- Reforma dos G e I da **SQS 111**; e A, B e I **SQS 311**
Não iniciada. Total de 120 apartamentos em 5 blocos.

Quadro 14 – Execução da obra – reforma dos imóveis funcionais

	Até 2016	Em 2017	Até 2017
Execução orçamentária	37,0%	0,0%	37,0%
Execução física	50,0%	0,0%	50,0%

Fonte: Coordenação de Administração Financeira e Departamento Técnico.

Quadro 15 – Apartamentos – execução física

Blocos		Apartamentos – execução física				
Total	Total	Reformados ¹ até 2015	Reformados ² em 2016	Reformados (¹) + (²) até 2016	Em reforma	Não reformados ³
18	432	216	0	216	0	216
	% de apartamentos	50%	0%	50%	0%	50%

Fonte: Coordenação de Administração Financeira e Departamento Técnico.

¹ blocos A, B, C, D, F, E, G, H e I da SQN 302.

² blocos I, J, K e L da SQN 202, blocos G e I da SQS 111 e blocos A, B e I da SQS 311.

▪ **Construção do Centro de Gestão e Armazenagem de Materiais da Câmara dos Deputados, no Setor de Indústria e Abastecimento (SIA)**

O projeto visa à construção de edifício de quatro andares no Setor de Indústria e Abastecimento – SIA, que abrigará área para armazenagem de materiais, ala destinada a escritórios e apoio administrativo, e dois pavimentos de garagem, sendo um destinado a estacionamento e outro para armazenagem, com opção pelo uso de materiais construtivos sustentáveis.

Em 2017, foram disponibilizados R\$ 5.000.000,00 na LOA, dos quais R\$ 1.821.406,15 foram executados para: continuidade da obra em andamento de construção do edifício, contratação de instalação de subestação de energia elétrica do prédio, pagamento de ARTs e RRTs. Foram pagos, em 2017, R\$ 10.517.380,56 desta ação, relativos também a pagamentos de empenhos emitidos em anos anteriores e inscritos em restos a pagar.

Quadro 16 – Execução da obra – Centro de Gestão e Armazenagem de Materiais

	Até 2016	Em 2017	Até 2017
Execução orçamentária	89%	3%	92%
Execução física	65%	20%	85%

Fonte: Coordenação de Administração Financeira e Departamento Técnico.

Situação do Projeto: Em andamento. Previsão de conclusão em 2018.

2.3.4 Suprimento de fundos

As informações sobre a gestão de suprimento de fundos, nas modalidades contas tipo B e cartões de pagamento do governo federal, estão evidenciadas nos quadros 17, 18 e 19.

Quadro 17 – Concessão de suprimento de fundos – Câmara dos Deputados

Exercício financeiro	Unidade gestora (UG) do Siafi		Meio de concessão				Valor do maior limite individual concedido
			Conta tipo B		Cartão de pagamento do governo federal		
	Código	Nome ou sigla	Quantidade	Valor total	Quantidade	Valor total	
2017	10001	Câmara dos Deputados	69	266.060,00	178	1.647.720,82	50.000,00
2016			94	475.600,00	141	1.130.434,00	72.000,00
2015			110	473.500,00	138	1.224.900,00	25.000,00

Fonte: Coordenação de Contabilidade.

Quadro 18 – Utilização de suprimento de fundos – Câmara dos Deputados

Exercício	Unidade gestora (UG) do Siafi		Conta tipo B		Cartão de pagamento do governo federal			
					Saque		Fatura	
	Código	Nome ou sigla	Quantidade	Valor total (a)	Quantidade	Valor dos saques (b)	Valor das faturas (c)	
2017	10001	Câmara dos Deputados	69	241.022,58	176	70.958,11	796.621,46	1.108.602,15
2016			94	440.051,62	159	74.930,82	605.879,89	1.120.862,33
2015			110	398.824,80	128	49.795,80	664.272,94	1.112.893,54

Fonte: Coordenação de Contabilidade.

Quadro 19 – Classificação dos gastos com suprimento de fundos – Câmara dos Deputados

Classificação do objeto gasto – despesa		
Elemento/Subitem	Descrição	Total
33903303	Locação de meios de transporte	351.284,53
33903007	Gêneros de alimentação	241.312,12
33903024	Material para manutenção de bens imóveis/instalações	100.633,60
33903941	Fornecimento de alimentação	53.491,98
33903026	Material elétrico e eletrônico	49.563,56
33903001	Combustíveis e lubrificantes automotivos	36.523,77
33903025	Material para manutenção de bens móveis	35.725,81
33903948	Serviço de seleção e treinamento	31.514,18
33903022	Material de limpeza e produtos de higienização	30.085,75
33903905	Serviços Técnicos Profissionais	18.317,90
33903036	Material hospitalar	15.779,95
33903042	Ferramentas	15.052,72
33903004	Gás e outros materiais engarrafados	14.847,50
	Outros	114.468,78
Total		1.108.602,15

Fonte: Coordenação de Contabilidade.

2.3.4.1 Análise crítica

Na Câmara dos Deputados, a execução de despesa pelo regime de adiantamento, via suprimento de fundos conta tipo B e cartão de pagamento do governo federal, observa os ditames da Lei n. 4.320, de 1964, em especial o seu artigo 68, bem como os da [Portaria DG n. 363, de 2014](#), que passou a regulamentar internamente o tema.

A utilização de contas específicas para movimentação de recursos de suprimentos de fundos pela Casa está amparada pelo art. 3º, § 2º, do Decreto n. 6.370, de 2008.

Os saques efetuados no cartão de pagamento do governo federal foram previamente autorizados pelo ordenador de despesas nos processos de concessão, para atendimento de gastos em situações de impossibilidade de utilização do cartão.

Os agentes supridos são orientados sobre a forma correta de aplicação e comprovação dos suprimentos de fundos. A análise das prestações de contas possibilita detectar e apontar as impropriedades para subsidiar o ordenador de despesas na tomada de decisão.

Além das análises nas despesas realizadas por suprimentos de fundos, o órgão de controle interno, quando previsto em seu planejamento anual, realiza auditorias nessas despesas e apresenta relatórios que visam apontar eventuais impropriedades e sugerir medidas corretivas e aperfeiçoamento de controles.

Por fim, destaca-se que, no [portal](#)⁶ da Câmara dos Deputados, podem-se obter mais informações sobre os gastos executados com os cartões de pagamento do governo federal.

2.4 Desempenho Operacional

2.4.1 Resultados dos trabalhos legislativos

Característica indissociável das atividades da Câmara dos Deputados é a interação permanente com a sociedade, de tal forma que os processos decorrentes da representação popular estejam permanentemente disponíveis para a consulta dos cidadãos, os quais periodicamente avaliam metas e resultados por meio do voto no processo eleitoral.

A força do Parlamento está na participação dos cidadãos e na pluralidade dos interesses que perpassam pelos debates e votações nos plenários e comissões.

O Parlamento cumpre sua função institucional quando aprova ou rejeita uma proposição ou até mesmo quando não a insere na pauta para votação. Mantém-se fiel à sua missão de representar a sociedade quando aprova matérias com a urgência requerida ou quando se demora em questões que precisam ser amadurecidas com cautela e paciência. Nesse sentido, não se posicionar a respeito de determinado assunto é tão legítimo quanto elaborar um diploma legal a respeito do tema.

Em termos gerais, a Câmara dos Deputados realizou, em 2017, [403 sessões](#)⁷ no plenário Ulysses Guimarães e votou 1.001 matérias, entre elas 31 medidas provisórias, 6 projetos de lei complementar, 49 projetos de lei, 70 projetos de decreto legislativo, 5 propostas de emenda à Constituição, 6 projetos de resolução e 2 solicitações para instauração de processo contra o Exmo. Sr. Presidente da República..

⁶Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/consulta-cartao-suprimento/pesquisa.do;jsessionid=1urlu-G3CxeUC7kjagRjQRh7.sepadn2.camara.gov.br>>. Acesso em: 15 fev. 2018.

⁷Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/gestao-na-camara-dos-deputados/contas-da-camara/ano-de-2017/estatistica-dos-trabalhos2017>>. Acesso em: 15 fev. 2018.

No exercício, foram realizados 2.317⁸ eventos e reuniões nas comissões permanentes e temporárias. Os dados apresentados relacionam-se aos macroprocessos finalísticos “Elaborar diplomas legais”, “Representar o povo brasileiro” e “Fiscalizar os seus atos e os dos demais poderes” (este último no caso de, por exemplo, representações e comissões parlamentares de inquérito).

Dentro do escopo de matérias aprovadas, várias já compõem o ordenamento jurídico brasileiro e impactam diretamente a vida da população. Seguem os links para acessar a relação de propostas apreciadas pela Câmara dos Deputados:

Propostas de emenda à Constituição:	http://www.camara.leg.br/internet/conle/relat2017/pec.asp
Medidas provisórias:	http://www.camara.leg.br/internet/conle/relat2017/mpv.asp
Projetos de lei complementar:	http://www.camara.leg.br/internet/conle/relat2017/plp.asp
Projetos de lei ordinária:	http://www.camara.leg.br/internet/conle/relat2017/pl.asp
Projetos de decreto legislativo:	http://www.camara.leg.br/internet/conle/relat2017/pdc.asp
Projetos de resolução:	http://www.camara.leg.br/internet/conle/relat2017/prc.asp
Mensagens:	http://www.camara.leg.br/internet/conle/relat2017/msc.asp
Outros objetos de deliberação	http://www.camara.leg.br/internet/conle/relat2017/oum.asp

Merecem destaque outros itens relativos aos macroprocessos finalísticos, tais como atividades do [Conselho de Ética e Decoro Parlamentar](#)⁹ e atividades do Centro de Estudos e Debates Estratégicos. Também foram desenvolvidas atividades no que diz respeito ao assessoramento a parlamentares.

Importante salientar que a Consultoria de Orçamento e Fiscalização da Câmara produziu mais de 1.851 [trabalhos](#)¹⁰ para oferecer embasamento técnico-científico ao processo de planejamento de políticas públicas e de tomada de decisão pelos parlamentares.

2.5 Informações sobre Indicadores de Desempenho

Continuando o esforço para desenvolver indicadores específicos para a mensuração do desempenho da estratégia organizacional, iniciado em 2016 com um piloto que focava quatro linhas de atuação prioritárias definidas pelo CGE, é apresentado no [quadro 20](#) a segunda medição deste piloto de indicadores.

⁸ Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/gestao-na-camara-dos-deputados/contas-da-camara/ano-de-2017/estatistica-dos-trabalhos2017>>. Acesso em: 15 fev. 2018.

⁹ Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/gestao-na-camara-dos-deputados/contas-da-camara/ano-de-2017/atividades-do-conselho-de-etica-e-decoro-parlamentar2017>>. Acesso em: 15 fev. 2018.

¹⁰ Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/gestao-na-camara-dos-deputados/contas-da-camara/ano-de-2017/trabalhos_conof2017>. Acesso em: 15 fev. 2018.

Quadro 20 – Indicadores da estratégia

Indicadores da Estratégia

Linha de atuação	Nome do indicador	Descrição do indicador	Gestor do indicador	Fórmula de cálculo	Unidade de medida	Frequência	2016	2017	Meta para 2018
2.1 Facilitar o acesso da sociedade às informações	Índice de aderência da Câmara dos Deputados à Lei de Acesso à Informação	Índice construído a partir de adaptação do questionário de auditoria do Tribunal de Contas da União ao portal da Câmara dos Deputados com foco na Lei de Acesso à Informação.	Cedi	Razão do somatório da pontuação dada às questões (0 - 0,5 - 1) sobre o total de questões.	Percentual	Anual	83,5%	86%	90%
	Acessos aos serviços voltados para a sociedade	Indicador do Plano Estratégico de TI (Peti). Mostra a variação de acessos aos serviços da Câmara dos Deputados construídos para a sociedade. Entende-se por serviços de TIC da Câmara à sociedade o <i>site</i> e os aplicativos para dispositivos móveis.	Ditec	Variação percentual dos acessos aos serviços de TIC disponibilizados pela Câmara à sociedade em relação ao ano base 2014.	Percentual	Mensal	4%	110%	50% , conforme tabela 25 do item 4.3.4
3.1 Aperfeiçoar os meios para que os cidadãos possam interagir com a Câmara dos Deputados	Índice de interação da sociedade com a Câmara dos Deputados	Indicador elaborado a partir de recorte feito sobre o questionário do Índice de Transparência do Legislativo, construído pelo Senado Federal. Utilizamos a dimensão Participação e Controle Social para estabelecer um nível de interação entre a sociedade e a Câmara dos Deputados.	Aproge	Média entre aspectos e critérios estabelecidos no questionário a partir da definição de pesos para cada tipo de resposta.	Percentual	Anual	66,7%	75%	75%
	Acessos a aplicativos para dispositivos móveis	Indicador do Plano Estratégico de TI (Peti). Mostra a variação dos acessos aos aplicativos para dispositivos móveis Infoleg e Câmara Notícias.	Ditec	Variação percentual dos acessos aos aplicativos para dispositivos móveis dirigidos à sociedade em relação a 2014.	Percentual	Mensal	-	139%	100%, conforme tabela 25 do item 4.3.4
4.3 Promover o aperfeiçoamento do processo legislativo	Pessoas treinadas por ano em processo legislativo	Quantitativo anual de servidores que passaram por algum curso de treinamento em disciplinas que envolvem o processo legislativo no Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados (Cefor).	Cefor	Quantidade absoluta de pessoas treinadas no ano.	Valor/ano	Anual	697	1060	1000
7.1 Aprimorar o processo decisório, a gestão de projetos, de processos e de riscos corporativos e o uso de indicadores de desempenho	Capacitação – planejamento estratégico	Percentual de servidores dos escritórios de gestão estratégica treinados em planejamento.	Aproge	Razão do quantitativo de membros dos escritórios de gestão estratégica (corporativo e setoriais) treinados na disciplina sobre o total de servidores dos escritórios de gestão estratégica (corporativo e setoriais) .	Percentual	Anual	66%	69%	70%
	Capacitação – gestão de projetos	Percentual de servidores dos escritórios de gestão estratégica treinados em gestão de projetos.	Aproge		Percentual	Anual	70%	55%	75%
	Capacitação – gestão de processos	Percentual de servidores dos escritórios de gestão estratégica treinados em gestão de processos.	Aproge		Percentual	Anual	58%	56%	70%
	Capacitação – gestão de riscos	Percentual de servidores dos escritórios de gestão estratégica treinados em gestão de riscos.	Aproge		Percentual	Anual	19%	39%	30%
	Índice de Desempenho do Escopo do Portfólio Corporativo (IDE-P)	Grau de execução do portfólio de projetos corporativos, a partir da conclusão de suas entregas.	Aproge	Média aritmética dos Índices de Desempenho do Escopo (IDES) dos projetos componentes do portfólio corporativo. Cálculo do IDE: as entregas dos projetos são ponderadas de acordo com sua complexidade e esforço para conclusão. IDE = $(\sum \text{Pontos das entregas realizadas}) / (\sum \text{Pontos das entregas planejadas})$.	Percentual	Trimestral	83%	82%	85%

Fonte: Assessoria de Projetos e Gestão.

As análises a respeito desses indicadores estão relacionadas abaixo.

- a) Índice de aderência da Câmara dos Deputados à Lei de Acesso à Informação: houve uma pequena melhora no indicador, com o aperfeiçoamento da divulgação das informações relacionadas ao processo legislativo e sobre o uso dos recursos orçamentários e financeiros;
- b) Acessos aos serviços voltados para a sociedade: extrapolação da meta prevista, conforme detalhado na [tabela 29 do item 4.3.4 – Indicadores do Plano Estratégico de TIC](#);
- c) Índice de interação da sociedade com a Câmara dos Deputados: meta alcançada. Serviços como videoconferências com cidadãos e especialistas, nas audiências públicas, foram lançados em 2017;
- d) Acessos a aplicativos para dispositivos móveis: houve alteração na linha de base e o valor apurado superou a meta, conforme se observa na [tabela 29 do item 4.3.4 – Indicadores do Plano Estratégico de TIC](#); e
- e) Pessoas treinadas por ano em processo legislativo: meta alcançada. A meta projetada para 2018 será mantida em função do calendário eleitoral, que impossibilita a ampliação do número de treinados.

Para os próximos quatro indicadores, conforme relatado no indicador anterior, será mantida para 2018 a mesma meta de 2017.

- f) Capacitação – planejamento estratégico: meta alcançada, dentro da margem;
- g) Capacitação – gestão de projetos: resultado ficou abaixo da meta devido a alteração na composição dos escritórios setoriais de gestão estratégica, com o ingresso de pessoas não capacitadas;
- h) Capacitação – gestão de processos: resultado ficou abaixo da meta devido a alteração na composição dos escritórios setoriais de gestão estratégica, com o ingresso de pessoas não capacitadas;
- i) Capacitação – gestão de riscos: resultado ficou acima da meta, com a oferta de treinamento na metodologia de gestão de riscos desenvolvida para a CD; e
- j) Índice de desempenho do escopo do portfólio corporativo (IDE-P): um pouco abaixo da meta, mas dentro da margem.